



# Anais da Assembléia

N.º 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 125.ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Edilson Alencar e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Requerimento:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, REQUER uma vez ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da palestra realizada pelo Prof. Jucundino Furtado — Presidente do BANESTADO — a convite deste Poder, para os parlamentares integrantes da União Parlamentar Interestadual — UPI, que reuniu-se no corrente mês, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo a convite da Assembléia, o Presidente do BANESTADO, prof. Jucundino Furtado, proferiu uma palestra no auditório do Hotel Carimã, para deputados que representavam as Assembléias de todos os Estados brasileiros. A análise feita sobre a economia dos Estados nos anos vindouros, despertou grande interesse, provocando um amplo debate na ocasião.

Por ser um assunto da maior importância, pretendemos, com esta iniciativa, permitir que também os demais membros do nosso Legislativo, tomem conhecimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, uma vez não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui neste plenário, desta tribuna, diversas posições já foram refeitas, negociadas, renegociadas, ou para usar o termo mais em voga, recicladas. A nobre bancada do PDS, depois do resultado das urnas em novembro último, sofreu uma verdadeira reciclagem no seu comportamento e no seu estilo de atuação, a derrota eleitoral do situacionismo dos últimos 20 anos de domínio do Paraná, teve o mágico condão de desatar os nós da contenção orçamentária e imantar os canais da magnitude humana, quando passa a adotar um tratamento renegociado, a funcionalismo público.

A vitória da Oposição teve o efeito terapêutico de despertar a sensibilidade dos novos e valorosos Deputados que, ontem, presos ao formalismo constitucional, no curso dos últimos anos, não deram ouvidos aos reclamos e reivindicações do nosso funcionalismo; a dinâmica, porém, dessa brusca mudança, louvável por todos os títulos, não pode passar despercebida nesta Casa e nesta oportunidade. Por outro lado, já como oposição aos vencedores, a mesma Bancada pedessista que, ao apreciar os Projetos de Lei 130 e 131/81, de autoria do eminente Deputado Lineu Turra, que propunha o 13o. salário e a semestralidade ao funcionário público, em novembro do ano passado dizia e escreveu nesta Casa, que tais projetos traziam o vício de origem, da inconstitucionalidade, e hoje, depois que a esmagadora maioria do povo paranaense os desautorizou nas urnas, quer que as suas emendas, hoje de última hora, não sejam portadoras do mesmo vício que, ontem, escreveram, testemunharam e repeliram, sofismando que o Estado do Paraná agora terá recursos porque papéis serão colocados no mercado e por esta razão poder-se-ia melhorar os vencimentos dos nossos "barnabés", fazem porém "vistas grossas" com o Governo Federal que, ainda são Situação que, apesar de ter ido ao Fundo Monetário Internacional num empréstimo "jumbo", tal Governo também não deu um reajuste condizente, ficando nos parcos 40 por cento, esquecendo-se da semestralidade e do 13o. salário.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado, meu nobre amigo, ilustre e digno Deputado.

Evidentemente eu não poderia nem lhe oferecer aparte, porque não subscrevi, na qualidade de Líder do Governo, não subscrevi nenhuma das emendas apostas à Mensagem Governamental, que autoriza a majoração dos vencimentos do funcionalismo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Estou falando em nome da bancada, nobre Deputado. E a imprensa tem divulgado que foi a bancada do PDS.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concedeu aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedi aparte e posso trocar com Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Ou Vossa Excelência quer partir para um debate? Então vamos transformar isto num debate? Entretanto, Vossa Excelência sabe que, política, são

fatos novos, dinâmicos, que o processo legislativo não é, não pode ser, nunca será, estático. Existe hoje uma outra situação, então não vejo porque recriar os Deputados do PDS, de esposarem aquelas ideias sempre defendidas pela Bancada de Vossa Excelência. O que me causa espécie é Vossas Excelências terem e relutarem em não apoiar as emendas que visam, em última análise, corrigir uma injustiça com o funcionalismo.

Errar é humano, eu admito que a Bancada esteve errada até aqui, mas persistir no erro é diabólico, e Vossa Excelência está sendo diabólico neste instante, porque está defendendo o indefensável, Vossa Excelência está tentando transferir o debate para a área federal.

Não temos nada com a área federal, se estamos ligados por uma questão partidária ao Governo Federal, é meramente uma questão partidária. Temos que olhar a realidade do Estado do Paraná, do funcionalismo público, e eu falo em nome daqueles companheiros que subscreveram a emenda e que não estão presentes, os autores efetivos e reais, da emenda, que devem chegar daqui a poucos instantes, quando irão defender suas posições.

Então, não acho nada de estranhável, absolutamente, por se mudar um comportamento, uma postura — estranhável é se manter indefinidamente com os olhos cerrados, se manter indefinidamente no erro, isto sim. Agora, a posição tomada pela Bancada, por alguns companheiros do PDS, para mim é absolutamente válida.

Agradeço a Vossa Excelência, que, como sempre, tem sido generoso com este Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado, nobre Deputado Erondy

Silvério, e eu fico deveras satisfeito quando Vossa Excelência, com palavras muito objetivas, procura dizer que é hora de abrir os olhos e eu acho que realmente o mérito da questão está meio encaminhado.

Mas é importante, e aqui é um Parlamento e existe um processo legislativo que cuidemos também da forma como chegar a este mérito, a este objetivo principal e isso chama-se "fazer política".

Então, nosso recado é aos que pretendem bancar Oposição no Paraná, que a façam e com certeza, terão argumentos, mas tenham a santa paciência, esperem ao menos os vitoriosos tomarem posse.

Semana passada, Vossa Excelência como líder do Governo, porque fazíamos um apelo ao Sr. Governador para ter cautela na estranha compra de última hora, do Hospital do IPE, fomos tachados de tentar usurpar, antes do tempo, a competência do atual Governador.

Uma semana depois, hoje, querem nos enfiar goela abaixo, um pacote de emendas que no mínimo, não vou ao máximo, no mínimo são apropriações indébitas das iniciativas aqui defendidas infrutiferamente e insensivelmente pela Oposição no curso dos anos, como é o caso dos Projetos de Lei 180 e 181 do nobre Deputado Lineu Turra, que infelizmente, foi engavetado e foi mandado ao Executivo, onde tem dormitado e não se teve nenhuma resposta.

Não aceitamos a demagógica afirmação que não estamos honrando os compromissos assumidos em campanha, ao votarmos contra as emendas propostas.

Isto não é verdade.

O compromisso de austeridade defendido na campanha e a ser implantado neste Paraná dos perdulários de ontem, será cumprido à risca, como dissemos. Espere-se ao menos que o ato da posse seja formalizado, para então proceder-se à cobrança de possíveis promessas e possíveis compromissos e por austeridade entendemos que não se pode negar nenhuma informação ao povo.

Ora, ao negar a bancada pedessista a presença constitucional do Sr. Secretário das Finanças para discussão séria e

responsável das condições do Tesouro Estadual, pretende que quebre a regra básica e angustiar no novo estilo de Governo a ser implantado no Estado do Paraná. Só fazemos aquilo que os recursos permitem, sem contudo tergiversar a verdade, sem laquear a boa fé da opinião pública.

Ora, como podem estar esquecidos os preclaros colegas que hoje são autores do pacote da "benemerência funcional", poderíamos dizer, se foram eles que aprovaram e não permitiram emendas ao Plano de Governo do Sr. Ney Braga, em 1979, votado e discutido nesta Casa para os exercícios de 80 a 83. Façam oposição e usem os seus direitos e prerrogativas na hora certa e na hora adequada.

Em setembro de 1983, quando o Governo José Richa, como aconteceu em setembro de 1979, quando o Governo Ney Braga enviou ao Legislativo o seu Plano de Governo, o Plano de Governo de José Richa, que englobará 84 a 87, se lá não estiverem inseridos os nossos compromissos e as promessas feitas na campanha, e não estiver consignado o 13o. salário e um tratamento melhor ao nosso funcionalismo, é hora adequada da nobre Bancada pedessista cobrar o compromisso.

Desculpem minha afirmação nobres colegas, não passem o carro na frente dos bois. Teremos até setembro do próximo ano, o prazo constitucional para que de posse da estrutura do Governo, possamos articular o plano do nosso Governo, porque a Constituição assegura que o orçamento plurianual do próximo Governo deverá chegar à Assembléia até setembro de 1983.

Lembram-se os senhores, que o Sr. Ney Braga foi eleito ou nomeado, como queiram, em 1978, e só em setembro de 79 discutiu-se aqui o plano de governo.

Com base na austeridade o Governo José Richa conseguirá recursos para compensar o nosso funcionário público que realmente não pode sobreviver com estes índices salariais. Ademais, convenhamos, na ordem prática das coisas, só a partir de julho do próximo ano é que efetivamente, se aprovado agora o pacote da benemerência, teriam os funcionários públicos os primeiros resultados concretos e objetivos. Ora, é possível que mesmo antes disso, possa o novo Governo dar melhores vantagens ao funcionalismo.

Diante desses fatos e constatações, votaremos favoravelmente ao projeto, mas refutamos o pacote de emendas, não apenas por inconstitucionais, mas data vênua, pelo alto grau demagógico de que se revestem. Querem que demos um salto no escuro, aprovando emendas que comprometem profundamente as finanças, sem ao mínimo nos dar a oportunidade de sabermos dos nossos recursos, negando a presença aqui do Sr. Secretário das Finanças.

Srs. Deputados do PDS, orçamentariamente 1983 será ainda, infelizmente para o Paraná, um ano de planificação pedessista, porque ele é o último ano do plano do Governo Ney Braga.

Com muito esforço e bastante ginástica, talvez consiga o PMDB amenizar a situação criada pelo Governo do PDS, agora agravada com a perda de autonomia e da verdadeira soberania nacional, pela ingerência do Fundo Monetário Internacional. E os que apostaram e os que apostam ao contrário, verão que isto será uma realidade.

Lembrem-se os que duvidaram da vitória do PMDB no Paraná, não apostem contra a eficiência do novo Governo, porque mais uma vez haverão de quebrar a cara. Com demagogia como esta, não conseguirão iludir o povo, muito menos o nosso funcionalismo.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são reiteradas as afirmações do austero e compenetrado Governador Hosken de Novaes, que não colocará o novo governo em situação de dificuldade financeira, pois isto seria irresponsabilidade funcional e mera demagogia política. Comportamentos que, felizmente não são do estilo deste ilustre homem público.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo tribuna

para fixar a minha posição em relação às emendas do 13o. salário e da semestralidade. Sou contrário porque elas são institucionais. É compromisso do Governo José Richa implantar o 13o. salário, e isto será feito. O que não podemos é pressionar o Governo em emendas de última hora, sem ao menos saber o comportamento da receita do Estado, sob mera informação de que porque vão ser jogados no mercado papéis que trariam maiores recursos ao Governo do Estado, teria ele condições de pagar o 13o. salário.

É compromisso de José Richa, e saibam os Srs. que nós da Bancada do PMDB estaremos cobrando aqui, se não for implantado o 13o. salário. Mas o momento oportuno para se cobrar essas promessas, para se cobrar este compromisso é depois que o Governo José Richa tomar posse.

Antes disso, nobres Deputados, antes disso é sofismar. A orientação administrativa e política deste Estado ainda está sendo na consecução de um plano de governo que constitucionalmente foi votado e aprovado pela maioria desta Casa, que é o plano de Governo Ney Braga e ele só findará efetivamente, mesmo porque o Orçamento plurianual foi aprovado, o Orçamento para 1983 foi aprovado, ele só se findará constitucionalmente em 1983.

E 90 dias antes de terminar este exercício de 1983, é que esta Casa terá que aprovar o plano de Governo de José Richa. Nesta oportunidade, nesta ocasião, é o momento oportuno para realmente vermos se o Governo do PMDB está fraudando os compromissos assumidos em campanha.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência.

Apenas para dizer que fico muito satisfeito, muito alegre com suas afirmações. E até depois vou pedir à Mesa, aliás, Vossa Excelência sempre nos brinda com pronunciamentos de muita profundidade; vou solicitar à Mesa uma cópia do pronunciamento de Vossa Excelência para analisar após o primeiro ano do Governo José Richa.

Porque Vossa Excelência está assumindo um compromisso solene em nome da sua Bancada, que é cobrar, em nome pessoal de Vossa Excelência e ao que eu soube Vossa Excelência, e com muita justiça, será o novo Líder do Governo.

Então Vossa Excelência está praticamente falando em nome não dessa bancada, mas da futura Bancada do PMDB. Isto me conforta porque Vossa Excelência é um homem de bem, e sei que vai cobrar que se cumpram efetivamente as promessas feitas ao funcionalismo público estadual, porque nós, lamentavelmente, não tivemos condições de atender, e por isto, perdemos as eleições.

Espero, então, que Vossas Excelências cumpram efetivamente aquilo que prometeram e é oportuno o seu pronunciamento, do qual guardarei uma cópia para ler, para meditar, e para cobrar oportunamente as afirmações de Vossa Excelência.

**O SR. NILSO SQUAREZI** — Vossa Excelência não precisa guardar a cópia, porque a ilustrada capacidade de recordação de Vossa Excelência é conhecida nesta Casa.

Mas, eu comecei o meu discurso dizendo que a dinâmica na política é uma constante, e Vossa Excelência, mesmo ao me apartear, dizia que há uma nova realidade, e esta nova realidade no Paraná existe efetivamente. E por austeridade, entendemos não só o manuseio dos recursos, mas principalmente e acima de tudo, nobres Deputados, o manuseio da informação. Governo austero não é só o que sabe bem aplicar os recursos; é aquele que não sonega a verdade. E isto temos como um ponto de honra no Governo do PMDB.

Se hoje o povo brasileiro se indaga porque o Congresso Nacional não consegue discutir o compromisso com o Fundo Monetário Internacional, se hoje a Nação se debate em saber

afinal de contas quanto realmente à dívida externa; qual é o montante da dívida interna?

É porque os atuais governos têm sonegado informação. E governo que sonega informação, o que impede que a informação tenha um curso livre, não é um governo austero.

Diante disto, Srs. Deputados, deixo aqui a minha posição em relação à matéria que se discute nesta Casa. Usei o Grande Expediente, porque a discussão foi encerrada em data de ontem. Acredito realmente que o nosso funcionalismo, com estes índices, não pode sobreviver, como também acredito que o funcionalismo federal também não pode sobreviver. Não pode, de jeito algum, de maneira nenhuma, perdurar este tratamento diverso de o trabalhador, o operário, o burocrata, o técnico do governo não ter o 13o. salário e os reajustes serem nestes índices.

Mas, Srs. Deputados e nobres representantes do PDS, por não sabermos quais os compromissos assumidos com o FMI, por ouvirmos as autoridades da área econômica trazerem diversas informações, estamos vendo que virá e sabemos que virá um novo "pacote" sobre a política salarial neste País. Daí termos a cautela em não aprovarmos estas emendas que retratam, realmente, a semestralidade, o 13o. salário, pontos defendidos constantemente, permanentemente, pelo PMDB nesta Casa. Mas, a adoção destas medidas, tem que ser num elenco geral, em que uma opção política para a área social tem que ser feita.

É evidente que teremos que cancelar determinadas despesas do Governo para conseguirmos fundos para que o funcionalismo tenha um tratamento melhor. Ora, isto só poderá ser feito depois que a nova equipe do Governo tomar conhecimento e puder fazer esta opção política de quais as áreas que irão ser as mais e menos privilegiadas. Damos agora um instrumento legal a um novo Governo em que, no mínimo, o coloque numa situação "contra a parede", data vênha, é damos um salto no escuro.

Como disse, estaremos aqui cobrando se o 13o. salário não for implantado pelo Governo do PMDB no Paraná ao funcionalismo público. Mas que se dê o direito e que se dê ao novo Governo a oportunidade de ele cancelar aqueles recursos, aquelas despesas necessárias e suficientes para que se viabilize o 13o. salário. E haverá um momento oportuno, quando formos Governo.

Hoje, somos meramente, Srs. Deputados, os vencedores das eleições, porque nem ao menos diplomados estamos.

Por isto, Sr. Presidente, deixo aqui fixada a minha posição, com total liberdade, sem receio algum de nos indispormos junto ao funcionalismo do Estado. Acredito que só medidas realmente responsáveis é que possam surtir efeitos. Como tem dito o Governador do Estado, criamos uma situação de insolvência para o Estado, como estão muitos municípios, como está o Município de Londrina, hoje, pela irresponsabilidade dos homens que ali dirigiram uma prefeitura que sempre foi da Oposição, que nunca teve que mendigar empréstimos para ao menos pagar os seus funcionários, hoje se vê numa situação de insolvência, pela irresponsabilidade e pelo manuseio deturpado de homens que não honraram o compromisso assumido nas urnas.

Não queremos que isto aconteça com o Paraná, porque não vai colocar apenas os homens do PMDB numa situação triste e lamentável, mas vai comprometer o bom nome deste Estado.

Por isto, Srs. Deputados, votamos com a consciência tranquila de que estamos tomando uma decisão de alta responsabilidade, para que o futuro, para o funcionalismo principalmente, seja mais ameno e mais radiante.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste final de dezembro de 1982, para me despedir dos meus nobres Companheiros, nobres Amigos, Deputados que compõem o Poder Legislativo do Paraná.

Vivi nestes quatro anos de mandato, uma das experiências mais gratificantes de minha vida. Aprendi aqui, muito mais do que havia aprendido nos meus 34 anos de vida. Foi um período cheio de transformações e mudanças na vida política nacional. Acompanhei "pari passu" essas mudanças e essas transformações, como a anistia, a reforma partidária, a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores e as eleições de 1982, principalmente as eleições para Governadores dos Estados, um velho anseio e um velho reclamo da classe política e de todo o povo brasileiro, após o evento de 31 de março de 1964. Eleições que o nosso Partido, o meu Partido, venceu no Paraná.

Eu, pelas circunstâncias, fui levado a uma disputa a nível municipal, onde não me elegi, mas nem por isso poderia deixar de dar aqui o meu testemunho nesta tarde, ao me despedir deste Poder, de que, muito embora a vitória não me tenha sorrido particularmente, mas como um todo, sinto-me satisfeito porque de uma forma ou de outra, colaborei e lutei pela vitória de minha bandeira, o PMDB nestas eleições de 1982.

Quero, do fundo do meu coração, agradecer a todos os meus companheiros, a todos os Srs. Deputados, nossos adversários do Partido Situacionista, agradecer à imprensa, pelo prestígio e a cobertura que nos deram nestes quatro anos, agradecer aos Srs. funcionários desta Casa que nos deram seu dia a dia de trabalho, sempre foram muito solícitos no atendimento da nossa pessoa.

Eu quero desejar aos meus companheiros que retornam, com um novo mandato nesta Casa, bem como aos futuros integrantes da bancada do meu partido, na próxima legislatura, que junto com o nosso Governador José Richa, consigam com o seu trabalho, a sua dedicação, realizar os anseios e as esperanças do povo do Paraná.

Espero que Deus me dê numa outra oportunidade, forças e condições para que um dia possa retornar a esse Poder, e aqui poder prestar serviços ao povo do Paraná, como procurei prestar esses serviços, nesses quatro anos.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Darcy Deitos, não há dúvida de que é um momento importante para todos nós essa sua manifestação e acima de tudo, somar o melhor de nós para agradecer o seu convívio.

Começo analisando a sua participação desde a estréia nesta Casa. A sua trajetória foi de muito combate, uma participação decisiva nas Comissões Permanentes da Casa, em contatos muito próximos com os problemas que afloravam neste Poder.

Como Líder da Bancada no exercício anterior, escolhemos nosso ilustre companheiro que ora se despede, como Vice-líder.

E sem a menor dúvida fez história atuante, responsável e em todos os instantes disposto a ocupar a tribuna a partir em comissão para a periferia, para o interior, onde problemas, realmente, estavam aguçados.

Enfim, Darcy Deitos em nenhum instante fugiu à sua responsabilidade. Ao contrário, engrandeceu este Poder, engrandeceu a bancada, engrandeceu esta Casa e por certo deixa importantes traços, marcas muito presentes da sua atuação.

A eleição, sem a menor dúvida, é o fato-episódio. E por isso, gostaria de dizer a Vossa Excelência que não podemos

aceitar sua condição de derrotado nas urnas. Como a eleição é um fato-episódio, é preciso que haja uma consideração maior por tê-lo como um dos combatentes do meu combate. Um dos lutadores da boa luta e na boa causa não existem derrotas. Existem tropeços momentâneos. Em nenhum instante os defensores ao longo da história, lutando por uma sociedade mais justa, mais igual, mais livre e mais democrática, e sei, é a sua luta, é a nossa luta, são derrotados. Homens desta estirpe na sua lavra conseguem colocar importantes sementes, e isso Vossa Excelência fez como Deputado, como candidato e agora tenho certeza, o tempo continua, a luta prossegue e esta boa causa precisa, Deputado Darcy Deitos, no primeiro "front" da luta, e eu sei que teremos este bravo companheiro, combativo, disposto, ilustre, amigo, a conviver conosco na grande caminhada que ainda temos que caminhar para colocarmos nesta Nação o pedestal iluminado da sociedade justa, igual, dignamente administrada, livre e democraticamente conduzida.

A luta prossegue, Deputado Darcy Deitos, e obrigado, como paranaense, como Deputado e como homem do PMDB, pelo seu testemunho, pela sua firmeza, pela sua condução.

A Liderança do PMDB me solicitara que também estendessem oficialmente em nome do Líder Trajano Bastos, o testemunho de que esta bancada saiu enriquecida com a passagem e que esta convocação, sem dúvida até desnecessária, vamos continuar de braços dados, unidos rumo a esta conquista superior que haverá, acima de tudo, de receber no futuro o melhor conceito de ter sido.

Gostaria de dizer ao ilustre Deputado, desejando-lhe muita sorte, e acima de tudo, o prosseguimento nesse importante combate, do bom combate, nessa decisiva luta, da boa luta.

Não somos melhores e nem piores do que os outros. O que nos diferencia, é a causa pela qual lutamos. E Vossa Excelência está entre aqueles diferenciados, causas e princípios que o ilustre companheiro luta.

Continue, Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Nelson Friedrich, meu prezado companheiro, meu prezado amigo, agradeço suas palavras de incentivo à nossa pessoa, e tenha a certeza de que jamais abandonaremos a luta, jamais abandonaremos a bandeira que nos moveu a lutar por uma sociedade mais justa, uma sociedade mais democrática dentro desta Nação brasileira, dessa Nação que todos nós amamos e que queremos para nós e para nossos filhos e para os nossos descendentes, igualitária é o que nós todos lutamos.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Sampaio, que solicitou.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Darcy Deitos, eu talvez manifeste uma voz mais isenta, porque não sou companheiro de Vossa Excelência de Partido, divergi muitíssimas vezes neste plenário em debates durante esse mandato, e gostaria de deixar o meu testemunho de que Vossa Excelência, que teve um insucesso eleitoral, nós todos já tivemos. Eu já conheci o sabor da derrota e o sabor da vitória. Geralmente é difícil, mas eu entendo, que Vossa Excelência, jovem como é, homem público combativo, respeito profundamente seus ideais, embora divirja ainda deles, quero deixar meu testemunho aqui nesta hora em que Vossa Excelência ocupa a tribuna, dizendo que tenho grande admiração pelo meu amigo Darcy Deitos, representante de Campo Mourão, do Norte do Paraná, que nós temos também a honra de representar e dizer a Vossa Excelência que eu sei que Vossa Excelência irá prosseguir na vida pública, irá continuar, irá voltar a esta Casa, ou à Câmara Federal ou à Prefeitura de Campo Mourão.

Tenho a certeza que Vossa Excelência é um homem idealista, como eu sou, um homem que batalha e luta por aquilo que acredita.

Infelizmente, Deputado Darcy Deitos, nós Parlamentares, homens públicos, somos muitas vezes mal entendidos, somos muitas vezes mal interpretados, porque infelizmente o nosso trabalho cotidiano, diário, de atendimento às nossas bases, aos nossos companheiros, às pessoas mais carentes, não é compreendido nem é de domínio público, mas eu sei, como todos nós sabemos da Bancada do PDS, inclusive eu acho que falo pela Liderança neste momento aqui, queremos demonstrar a Vossa Excelência nossa admiração, o nosso profundo respeito e a nossa profunda vontade de dizer a Vossa Excelência que nós, precisamos, o Paraná precisa de homens jovens, combativos, idealistas, que realmente querem o bem estar coletivo, que realmente entendem que seu objetivo maior de vida não é a riqueza material, mas é aquela riqueza que nós políticos prendemos que é um muito obrigado de um cidadão nosso, de uma criança, de um jovem, de uma pessoa que nós podemos ajudar pessoalmente ou de uma comunidade.

Tenho certeza, Deputado Darcy Deitos, que Vossa Excelência haverá de continuar a vida pública, haverá de continuar lutando e batalhando pelo Paraná e pelo bem estar de sua comunidade.

Quero, repetindo mais uma vez, apesar de ter divergido de Vossa Excelência, ter combatido Vossa Excelência e ter dialogado, às vezes asperamente com Vossa Excelência, demonstrar a minha admiração, o meu respeito e os meus votos de profunda felicidade, não só a Vossa Excelência pessoalmente, mas à vossa família, a vossos amigos, à vossa comunidade que sei, o repete profundamente.

Quero dizer que queremos vê-lo para frente, eleito prefeito, Deputado Federal ou Estadual, ou qualquer cargo que Vossa Excelência disputar, porque é um homem digno, merece o respeito do Paraná. E testemunhamos nesta data, esse respeito, queremos pedir a Deus que o proteja e abençoe, porque Vossa Excelência é um homem que batalha por seus próprios ideais, batalha pelo povo. E essa luta merece o nosso respeito.

Felicidades, Deputado Darcy Deitos, e que possamos, pessoalmente, ser sempre amigos.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o aparte, nobre Deputado Gabriel Sampaio.

Agradeço as palavras de Vossa Excelência e respeito a Vossa Excelência como a qualquer outro Deputado de sua Bancada, sempre o tivemos em igualdade. Sempre nutrimos o mais profundo respeito por todos os Srs. Deputados.

É evidente que, às vezes, no calor da disputa, uma ou outra palavra mais áspera poderia ter sido dita. Mas nunca no campo pessoal, porque ela é própria do calor, da disputa. Não levo nada, nenhuma mágoa, de nenhum dos Srs. Deputados. Nutro por todos o mais profundo respeito e a mais profunda admiração.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Darcy Deitos, o nobre Deputado Gabriel Sampaio já falou em nome da Bancada, mas eu não podia deixar de, em meu nome pessoal, congratular-me com Vossa Excelência pela extraordinária atuação que teve neste Legislativo, nos quatro anos que aqui exerceu o seu mandato. Foi, realmente, uma surpresa muito grata, para todos nós, para todo o Paraná, a sua atuação, valor jovem, patriota, afeito às causas populares. Vossa Excelência não foi derrotado. Vossa Excelência julgou servir melhor ao seu Partido disputando uma eleição majoritária, dentro do município onde se fez político: Campo Mourão. E Vossa Excelência deu sua contribuição ao Partido, à causa que o Partido de Vossa Excelência defende — Oxalá, queira Deus esteja Vossa Excelência certo. Vossa Excelência não disputou o mandato de Deputado Estadual, mas volta para casa com a consciência do dever cumprido. Isso que é o mais importante.

Eu que tive a felicidade de conviver com Vossa Excelência, aprendi muito, apesar de meus cabelos brancos, apesar de minha experiência legislativa, aprendi muito, não só com Vossa Excelência, mas com esses magníficos jovens que o PMDB mandou para esta Casa. Aprendi e para mim foi realmente muito gratificante o convívio que tive com Vossas Excelências que sempre eu via nos debates, o desejo imenso de acertar, o desejo de servir à causa pública, o serviço inestimável que prestaram à Nação brasileira, à democracia brasileira. Foi da atuação do PMDB, do PDT, do PTB, enfim, de todos os partidos da Oposição, em todo o território nacional, que vimos consolidar-se o sonho do eminente Presidente Figueiredo, de devolver a democracia plena ao povo brasileiro. Foi dessa atuação desassombrada, corajosa, agressiva às vezes, injusta muitas vezes, mas que, no contexto da luta pela redemocratização do País, valia. Muitas e muitas vezes, não só com Vossa Excelência, como com o Deputado Nilton Friedrich, com o Deputado Waldyr Pugliesi, por quem eu tenho uma imensa admiração, nós debatemos asperamente, mas no calor desses debates eu identificava o desejo íntimo de cada um, de servir à democracia, ao Paraná e ao Brasil.

Vossa Excelência pode ir para casa tranqüilo. Cumpriu com o seu dever. E voltará quantas vezes quiser ao mandato legislativo, porque foi autêntico, e o povo não esquece aqueles que desempenharam o seu mandato com dignidade.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço as suas palavras, nobre Líder do PDS, porém, quem aprendeu muito realmente fomos nós, com sua experiência, seu trabalho e dedicação, numa tarefa árdua que é liderar um Partido Situacionista, dentro das condições em que se encontrava a Nação nestes últimos quatro anos, dentro desse processo todo de redemocratização total.

Ao finalizar, Sr. Presidente, quero deixar o meu abraço a todos os meus companheiros, a todos os nobres Srs. Deputados, a todos os funcionários desta Casa, e agradecer, finalmente, mais uma vez, à imprensa, pelo prestigiamento e pela cobertura que nos deu nestes longos quatro anos de nossa atividade parlamentar aqui nesta Casa.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, a Mesa faz a mesma consulta à Liderança do PDS. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada nominal, 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/82, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa para a próxima legislatura, e dá outras providências. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo, pela Emenda Substitutiva.

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 135/82, (Mensagem n.º 159/82, ex-Proposição n.º 139/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 136/82, (Mensagem n.º 160/82, ex-Proposição n.º 140/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 137/82, (Mensagem n.º 161/82, ex-Proposição n.º 141/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 138/82, (Mensagem n.º 162/82, ex-Proposição n.º 142/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e respectivamente os Municípios de Faxinal e Ortigueira, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 139/82, (Mensagem n.º 163/82, ex-Proposição n.º 143/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 140/82, (Mensagem n.º 164/82, ex-Proposição n.º 144/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e os municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 141/82, (Mensagem n.º 165/82, ex-Proposição n.º 145/82),

oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. - PRONOROESTE. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 142/82, (Mensagem n.º 166/82, ex-Proposição n.º 146/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Siqueira Campos, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 143/82, (Mensagem n.º 168/82, ex-Proposição n.º 147/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios SEPL/16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido município, para a execução das obras que especifica. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 144/82, (Mensagem n.º 169/82, ex-Proposição n.º 148/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Grandes Rios e Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 145/82, (Mensagem n.º 170/82, ex-Proposição n.º 149/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 146/82, (Mensagem n.º 172/82, ex-Proposição n.º 151/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior e o Município de Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO —** do Projeto de Resolução n.º 147/82, (Mensagem n.º 173/82, ex-Proposição n.º 152/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com objetivos mencionados. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**



EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/82, (Mensagem n.º 174/82, ex-Proposição n.º 153/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os municípios aqui mencionados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos semelhantes, bem como execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/82, (Mensagem n.º 175/82, ex-Proposição n.º 154/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os municípios aqui nominados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos semelhantes bem como a execução de programas especiais no setor agrícola. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/82, (Mensagem n.º 176/82, ex-Proposição n.º 155/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/82, (Mensagem n.º 177/82, ex-Proposição n.º 156/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão Claro, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/82, (Mensagem n.º 179/82, ex-Proposição n.º 157/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Itambaracá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/82, (Mensagem n.º 180/82, ex-Proposição n.º 158/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Agudos do Sul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/82, (Mensagem n.º 181/82, ex-Proposição n.º 159/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO

DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios especificados e que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/82, (Mensagem n.º 182/82, ex-Proposição n.º 160/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios aqui nominados, a termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS — celebrados com os municípios citados. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/82, (Mensagem n.º 183/82, ex-Proposição n.º 162/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Paranacity, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/82, (Mensagem n.º 184/82, ex-Proposição n.º 163/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/82, (Mensagem n.º 190/82, ex-Proposição n.º 164/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/82, (Mensagem n.º 185/82, ex-Proposição n.º 165/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Guaíra e União da Vitória, tendo como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com estudos de planejamento urbano dos referidos municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/82, (Mensagem n.º 186/82, ex-Proposição n.º 166/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas, no Estado, de

acordo com as diretrizes definidas pela E.M. n.º 004/82. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/82, (Mensagem n.º 187/82, ex-Proposição n.º 167/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tibagi, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/82, (Mensagem n.º 189/82, ex-Proposição n.º 168/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/82, (Mensagem n.º 188/82, ex-Proposição n.º 169/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 156/82), que autoriza abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 171/82), que estende aos Policiais Militares Inativos durante a vigência da Lei 7.343, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei 7.637, e aos Reformados ou Transferidos para a Reserva Remunerada, assegura situação que especifica. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 178/82), que estabelece sanções pelas infringências à Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 193/82), que autoriza o Poder Executivo a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar, composição de vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e

C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 194/82), que altera parcialmente a Lei 5.464 (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), adaptando-a às modificações introduzidas no Código de Processo Civil, através da Lei Federal n.º 7.019, de 31 de agosto de 1982. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 192/82), que majora os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo estadual. Com Pareceres FAVORÁVEIS e EMENDAS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Erondy Silvério, solicitando que as emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 152/82, sejam destacadas para constituir projeto separado, salvo as Emendas de n.ºs 1, 2, 3 e 4. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a Emenda n.º 1. (Lê):

"EMENDA ADITIVA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 152/82

Inclua-se:

Art. — Fica instituído o décimo-terceiro vencimento, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, aos funcionários ativos e inativos, civis e militares do Estado.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) FUAD NACLI, GABRIEL SAMPAIO, EZEQUIAS LOSSO, CYRO MARTINS, BASÍLIO ZANUSSO, PAULO CAMARGO, WERNER WANDERER e LINEU TURRA (com restrição).

JUSTIFICATIVA:

O benefício foi conquistado pelos assalariados em regime da C.L.T. No setor público, inúmeros municípios, inclusive o de Londrina, estenderam a medida aos seus servidores.

Em São Paulo, pela Lei n.º 269, de 03.12.81, o funcionalismo público estadual também conquistou esse justo benefício.

Ademais, o próximo governador, Senador José Richa, em entrevista publicada no último sábado no jornal "O Estado de São Paulo" confirmou sua disposição em atender essa pretensão do funcionalismo público estadual.

Além disso, o Governo Federal prometeu conceder o 13.º vencimento aos seus funcionários."

Em votação. — Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Requeriro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação da Emenda n.º 01)

Quinze Srs. Deputados aprovam, 16 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitada.**

Em votação a Emenda Aditiva n.º 02. (O Sr. Presidente lê a emenda).

"EMENDA ADITIVA N.º 02

Ao Projeto de Lei n.º 152/82

Inclua-se:

Art. — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, funções gratificadas, gratificação de representação



de gabinete, gratificação de produtividade e outras vantagens dos Podres Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas, dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, serão reajustados, semestralmente, nos meses de Julho e Janeiro, com base no I.N.P.C.

Parágrafo único — Os Chefes dos respectivos Poderes baixarão os atos estabelecendo os valores corrigidos na forma deste artigo.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, FUAD NACLI, CYRO MARTINS, PAULO CAMARGO, ADALBERTO DAROS WERNER WANDERER, BASILIO ZANUSSO, GABRIEL SAMPAIO e LINEU TURRA (com restrição).

JUSTIFICATIVA:

Diante dos índices inflacionários, a semestralidade não é mais uma questão de justiça, é uma questão de sobrevivência.

— Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, está sendo votada a Emenda n.º 01, pois que são quatro emendas que permaneceram...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está sendo votada a Emenda n.º 02.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Então seria necessário verificar, Sr. Presidente, qual o enunciado das emendas que deixaram de ser votadas para que nós possamos tomar consciência sobre que emenda vai ser votada. Eu pediria a Vossa Excelência que lesse todas as emendas para que nós víssemos as que foram retiradas e as que permanecem para que o Plenário tome ciência do teor das emendas.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que as emendas que foram retiradas não serão objeto de apreciação deste Plenário. No entanto, todas as emendas que serão submetidas à votação, a Mesa fará a leitura para conhecimento dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — A leitura de todas as emendas por favor, antes de votar e a numeração delas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 02, emenda número 02 que acaba de ser lida.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência que tenha a gentileza de ler a emenda anterior. Vossa Excelência colocou em votação e Vossa Excelência sabe e o Plenário sabe, apesar do ruído dos opositores de que sobre este projeto de lei há uma tramitação tumultuada nesta Casa. Porque alguns que até ontem eram favoráveis às emendas hoje apresentadas, hoje mudaram de posição. E ainda ontem a Ban-

cada do PDS que apresentou a emenda visando estabelecer o 13.º salário ao funcionalismo público, foi procurada pelo eminente Líder da Oposição, Deputado Trajano Bastos, nesta Casa, com a possibilidade de um diálogo para que as duas bancadas com assento nesta Casa aprovassem as tão almejadas conquistas do funcionalismo público, objeto de promessas repetidas e cansadas pelos chefes oposicionistas no Paraná e pelos Deputados com assento nesta Casa.

Veja Vossa Excelência que portanto há procedimento na questão de ordem levantada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado de que a Emenda n.º 01, trata-se de matéria vencida. Está em votação a Emenda n.º 02.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que constasse o voto do nobre Deputado Nelson Buffara, que acaba de chegar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará constar o voto do nobre Deputado Nelson Buffara.

Dezesseis Srs. Deputados aprovam, 17 Srs. Deputados rejeitam. REJEITADA A EMENDA.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, datíssima vênua na contagem do Sr. Primeiro Secretário, não há esse número aqui. É dezesseis a dezesseis.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal, digo a votação nominal para as emendas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a proposta do Deputado Erondy Silvério.

Os Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — APROVADO.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicitaria, Sr. Presidente, a Vossa Excelência, que esse requerimento seja apresentado na forma regimental, que é por escrito.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere a solicitação e solicita ao Sr. Deputado Erondy Silvério que encaminhe a esta Mesa o requerimento por escrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, encaminharei o requerimento a Vossa Excelência. Entretanto, data vênua ao respeito que me merece o Sr. Primeiro Secretário, ele simplesmente inverteu a contagem dos votos. Basta Vossa Excelência proceder nova votação e Vossa Excelência determinar a contagem e Vossa Excelência vai ver que eu estou com a razão. Simplesmente inverteu a contagem dos votos, simplesmente.

Eu vou encaminhar o requerimento por escrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, retiro a observação que dirigi a Vossa Excelência e deixo nas mãos de Vossa Excelência colocar ou não em votação o requerimento do ilustre Líder do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Retiro o requerimento. Solicito

nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará nova verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Está aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 03. — (Lê):

"EMENDA ADITIVA N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 152/82

Acrescente-se onde couber o seguinte Art.:

"Art. — Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, e observadas as limitações orçamentárias, a conceder um abono provisório, até o limite de 25%, sobre os valores constantes das Tabelas da presente Lei, à partir de 1.º de janeiro com vigência até o novo reajuste salarial."

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, FUAD NACLI, WERNER WANDERER, PAULO CAMARGO, CYRO MARTINS, BASÍLIO ZANUSSO, ANTÔNIO COTRIM, EZEQUIAS LOSSO, ADALBERTO DAROS, GABRIEL SAMPAIO e LINEU TURRA (com restrição).

JUSTIFICATIVA:

Tal Emenda que estamos propondo, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado a adaptar os vencimentos do funcionalismo público estadual, aos índices inflacionários persistentes no País."

— Aprovada.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Dezessete Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovada a Emenda n.º 03.**

Em votação a Emenda n.º 04. — (Lê):

"EMENDA ADITIVA N.º 04

Ao Projeto de Lei n.º 152/82

Inclua-se:

Art. — O art. 143, "caput" da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 passa a vigorar com a redação seguinte.

"Art. 143 — O funcionário inativo terá seus proventos reajustados nos mesmos percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em exercício, os quais acompanharão as alterações dos vencimentos e vantagens que ocuparia se estivesse em atividade."

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1982.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, FUAD NACLI, WERNER WANDERER, PAULO CAMARGO, ADALBERTO DAROS, ANTÔNIO COTRIM, EZEQUIAS LOSSO, BASÍLIO ZANUSSO, GABRIEL SAMPAIO e LINEU TURRA (com restrição).

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a aposentadoria por tempo de serviço, isto é, depois que o servidor dedica toda uma vida à administração pública, representa uma condenação à pobreza e à marginalidade. Não é justo que depois de alguns anos, o inativo passe a perceber infinitamente menos do que aqueles que exercem funções idênticas a que ele exerceu. Pretende-se reparar essa injustiça."

— Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

Dezessete Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovada a Emenda n.º 4.**

O projeto irá à 3.ª Discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a Vossa Excelência que encaminharei uma declaração de voto para constar da ata, com o objetivo de deixar a posição deste Deputado bem clara, porque temos, ao longo destes anos, defendido as medidas pretendidas ao funcionalismo público. Sabemos de projetos como o do Deputado Lineu Turra que teve parecer desfavorável, do Deputado que há pouco levantava uma questão de ordem e, acima de tudo, querendo agora talvez embriagado por uma benevolência natalina, se redimir daquilo que não fizeram durante tantos anos nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, encaminharei minha declaração de voto, porque aqui está um parlamentar que no novo Governo lutará durante o ano de 1983, até o último dia, para que seja instituído neste Estado, o 13.º salário e o reajuste semestral. Mas não que na última hora venham invocar a justiça social, que não invocaram durante todos esses anos.

Temos na Casa um projeto do Deputado Lineu Turra, instituindo o 13.º salário e o reajuste semestral, que está engavetado há mais de ano, Sr. Presidente. É preciso que se diga nesta Casa, que agora, na última hora, surgem os novos cristãos; é preciso também que a comunidade do Paraná e que a imprensa, possa divulgar isso. Nós haveremos de lutar e vamos instituir com a seriedade de um Governo que precisa ser sério, porque teve o voto sério do povo do Paraná.

Encaminharei este meu voto, Sr. Presidente, à Mesa diretiva.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa manda registrar o seu voto.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, realmente para nós da Bancada do PDS, cheira como uma piada o que acaba de falar o Deputado Nelson Friedrich.

Querer não aprovar a emenda alegando que vai batalhar durante o próximo ano pela aprovação dela, isso é de uma incoerência, de um paradoxo que pode fazer realmente exemplo nesta Casa.

O PMDB foi à praça pública, iludiu o povo do Paraná com promessas que hoje não quer cumprir; portanto, Sr. Presidente, é brincadeira. É brincadeira nós ouvimos a palavra do Deputado Nelson Friedrich, porque a emenda apresentada hoje e aprovada pela Bancada do PDS deveria ter o louvor da Bancada do PMDB. Como o Deputado Lineu Turra que apresentou realmente um projeto, que aprovou a emenda na Comissão de Constituição e Justiça e que hoje vota contra a sua própria aprovação, na Comissão Técnica da Casa.

Brincadeira de criança, Sr. Presidente. Demagogia pura do partido que hoje assumiu o Governo. E o seu Governador vai à televisão dizer que como meta administrativa é simplesmente a reforma, é a modificação da administração pública, voltando sem as mordomias e sem os gastos supérfluos. Isto não é objetivo de Governo, Sr. Presidente, isto é consequência de um Governo sério e honesto.

Portanto, lamentavelmente, o povo do Paraná foi enganado e nós comprovaremos isso, no decorrer dos próximos 4 anos.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para reparar as afirmações do ilustre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Realmente esta Liderança procurou a Liderança do PDS para discutir antes do Plenário, as emendas que foram apresentadas. No entanto, em momento algum, Srs. Deputados, esta liderança assumiu o compromisso de votar favoravelmente à emenda. Este reparo é preciso que seja feito, Sr. Presidente.

E, com respeito às afirmações do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, nós não podemos aceitá-las e devolvê-las a ele com a mesma intensidade, porque durante os anos que sirvo como Deputado nesta Casa, jamais presenciei qualquer posicionamento da ilustre Bancada do PDS nesta Casa, em favor de teses que hoje, somente hoje, no apagar das luzes do seu Governo, e dentro de uma derrota fragorosa que lhe impôs o povo do Paraná, nós temos uma atitude consciente, Sr. Presidente, consciente; porque se o Governo de Vossas Excelências quisesse realmente beneficiar o funcionalismo público, teria o Sr. Governador, o ilustre e digno Governador José Hosken de Novaes, incluído, na sua Mensagem, principal, essas alterações. E se não o fez, não o fez numa atitude de dignidade política que muitas vezes tem nos faltado, porque ele sabe melhor que ninguém e melhor do que qualquer Deputado, das reais condições financeiras e orçamentárias do Estado. E se o Estado chegou a este ponto, de não poder dar aquilo que realmente merece o funcionalismo público deste Estado, a responsabilidade não cabe à Oposição, mas sim à má gerência dos negócios deste Estado, aos Governos que ficaram, que foram nomeados e permaneceram no Poder durante 20 anos, e no entanto não tiveram tempo de reparar estas injustiças que se cometem contra o funcionalismo.

Essas são, Sr. Presidente, as afirmações e que faço questão, constem em ata para que a posição da minha bancada seja resguardada, numa atitude de seriedade política, numa atitude de seriedade de comportamento e respeito ao Poder Legislativo e ao seu processo legislativo.

Essa é a nossa posição e não aceitamos outras, venham elas de quem vier.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — (Assentimento)—

Sr. Presidente, eu, neste fim de mandato, não poderia levar para casa a afirmação que foi feita de que eu teria votado favoravelmente ao projeto na Comissão e em plenário, votado contra. Não é verdade. Se se for buscar o processo o meu voto vai se encontrar lá, o meu voto com restrições. E eu votei contra, eu tinha realmente, dois projetos apresentados à Casa no ano 1981 que estava com o requerimento do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, solicitando o encaminhamento dos projetos na área do Governo para que eles não fossem rejeitados na Comissão, uma vez que entendia o relator, de que os projetos estavam com o vício de origem da inconstitucionalidade.

Eu, na ocasião que votei contra as emendas da mensagem do Governo, eu o fiz, porque, essas emendas foram feitas de uma forma assodada, irresponsável. O projeto que nós apresentamos a esta Casa, em se pretendendo instituir o 13.<sup>o</sup> salário e a correção semestral, fizemos de uma forma responsável apresentando estudadamente com o devido tempo, para que o Governo também, pudesse estudar das possibilidades de incluir na lei orçamentária condições suficientes para atender ao pagamento da correção semestral e ao 13.<sup>o</sup> salário. Não da forma assodada como se pretende impingir ao Governo futuro as emendas que se estão fazendo a Mensagem Governamental, irresponsável como afirmou o próprio Governador do Estado, José Hosken de Novaes, em entrevista recente que concedeu à imprensa dizendo, mas esta não é uma proposta do PDS, essa deve ser uma proposta isolada de algum Deputado irresponsável, porque, no orçamento não há condições, no Estado não há condições suficientes para atender esses compromissos. E um

Estado não pode assumir compromissos que não possa cumprir. É essa a minha colocação que eu queria fazer com o devido respeito ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, para que ele verifique no processo, que no voto que eu dei na Comissão está feita a ressalva com restrições. Portanto, eu me reservei o direito de votar também em plenário, como bem entender e para responder o que me indaga o Deputado Trajano Bastos, como relator do projeto solicitando que fosse encaminhado à área econômica do Governo, para que não fosse ali, na Comissão, rejeitadas as duas proposições pelo vício de origem da inconstitucionalidade, esse é o parecer do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, fui chamado à colação por Deputados da Bancada da Oposição nesta Casa e desejo de início ressaltar a contradição existente entre dois Deputados oposicionistas.

Em primeiro lugar, o Deputado Nilton Friedrich, levemente, no ato, afirma que tem parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça ao projeto do eminente Deputado Lineu Turra a respeito do 13.<sup>o</sup> salário.

E o próprio Deputado Turra se encarregou de demonstrar que a mentira tem pernas curtas. Porque ele mesmo declara que o Parecer que exarei na douta C.C.J. foi no sentido de que o projeto de sua autoria fosse encaminhado à Secretaria de Recursos Humanos e à de Finanças, para verificar da possibilidade da implantação, no ano passado, do benefício do 13.<sup>o</sup> salário.

Entretanto, Sr. Presidente, como todas as coisas do mundo, estamos vivendo um outro momento. O momento hoje que não se compara com o momento de alguns anos atrás. É óbvio, Sr. Presidente, isso. Porque todos aqueles que têm um pouco de sensibilidade podem perceber essa verdade.

Gostaria também de contraditar o eminente Deputado Trajano Bastos, Líder da Oposição, quando ele acusa os governos anteriores pela situação do funcionalismo público, esquecendo que nós, neste mandato, e através do governo anterior ao de José Hosken de Novaes, demos inúmeras leis em favor do funcionalismo público. E relembro aqui algumas: a estabilidade para mais de 100 mil professores; resolvemos a situação afliitiva das serventes; demos melhores condições de salário a inúmeras categorias; Estatutos do mais diversos; suplementaristas efetivados. Agora, Sr. Presidente, será que o Paraná tem memória curta e não lembra que, neste Estado, aqui mesmo, eminentes Deputados da Bancada da Oposição, chamavam um seu companheiro de Partido, hoje tido co-responsável pela vitória oposicionista, com os seus recursos e com o seu valor político, "o algoz do funcionalismo público do Paraná". E quem era esse homem que estava ao lado de José Richa e dos eminentes Deputados da Oposição, no dia 28 de junho, prometendo, ao Paraná e ainda vejo aqui, nas tribunas desta Casa, funcionários públicos que, como eu, leram, leram, Sr. Presidente, uma nota oficial de um homem que, para mim, não pode ser considerado leviano, o próximo Governador do Paraná que, naquela época, sabia da situação econômica do Estado, porque, se não soubesse e tivesse prometido alguma coisa que ele não sabia que ia poder cumprir, no mínimo, o adjetivo que pode ser dado a José Richa é de que é um homem leviano. E, portanto, o Paraná vai pagar o erro de ter um homem leviano, durante 4 anos de seu mandato.

É preciso, Sr. Presidente, que a verdade seja dita, alto e bom som, nesta Casa. Os Srs. Parlamentares da Oposição, amanhã Situação precisam começar a ouvir as verdades. A urna, Sr. Presidente, a vontade livre e soberana do povo do Paraná, nos delegou uma função, a função de fiscalizar, a função de criticar, sim. E à valorosa bancada do PMDB, a função de transformar, no próximo quadriênio, as promessas pré-eleitorais, em realidade em favor do nosso povo.

E nos, Sr. Presidente, estamos conscientes do nosso novo papel. Haveremos de exercer, apesar do latido de alguns, apesar

da incompreensão de outros, o nosso papel de Oposição que a vontade do povo do Paraná nos outorgou essa missão.

Portanto, Sr. Presidente, não nos amedronta a nova posição do PMDB, a posição do PMDB, esta sim, na véspera da eleição prometendo nomeação direta de Diretora de Estabelecimento de Ensino, prometendo, Sr. Presidente, em nota oficial - o Paraná sabe, o Paraná leu - o 13.<sup>o</sup> salário, e, ainda agora há pouco nós verificamos a Bancada do PMDB votar contra o 13.<sup>o</sup> salário! Ora! Sr. Presidente, fala-se sobre o vício da origem; Sr. Presidente, no País, infelizmente, os Parlamentos estão perdendo a sua função, exatamente por causa de entendimentos como este, enquanto o próprio Supremo Tribunal Federal declara, Sr. Presidente, através de uma Súmula, que ainda não foi derogada, que, a sanção governamental supre o vício de origem; se a nossa emenda tem vício de origem, o que dizer então de um projeto somente do Deputado Lineu Turra, sem ter nenhuma matéria apensa a do funcionalismo público?

Mas, Sr. Presidente, não é só aí que fica a incongruência desta nova posição "bailarina" da Oposição. Não, Sr. Presidente! A situação, hoje, da Oposição, é muito mais difícil, porque, o Sr. José Richa tem declarado em entrevistas à televisão, em matérias publicadas no jornal, de que, ele ia acabar com mordomias e que, portanto, se ele fizer isto, a par de outras razões que nos levaram a apresentar estas emendas, Sr. Presidente, agora, nós acabamos de dar, no mês de novembro, autorização para que o Poder Legislativo emitisse as ORTNs - o Paraná, que fala tanto de situação financeira, é bom que se diga, é o Estado, é o único Estado que ainda não lançou títulos de dívida interna; e nós estamos entregando ao Sr. José Richa, esta Casa apresentou, numa atitude de confiança, numa atitude de estímulo, para que o Sr. José Richa faça um bom governo, autorização, para que ele possa lançar as ORTNs e com isto, conseguir recursos para fazer e implantar o seu programa de ação. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a economia do Paraná é cíclica. Ora, nós temos uma boa safra e nós dependemos do produto do custo do produto lá no exterior; nós sabemos por exemplo e o Paraná precisa ficar sabendo disso, que, nós tivemos 2 milhões de sacas colhidas, de café, neste ano de 1982 e que, em 1983 nós teremos no mínimo, 5 milhões, e portanto a arrecadação vai crescer, e portanto há recursos, porque o Sr. José Richa não é leviano, porque ele prometeu em campanha eleitoral, porque ele vai paralisar obras, porque ele vai reescalonar outras, porque ele tem ORTNs, porque a safra do café vai dar mais ICM, portanto, não há vício insuperável de inconstitucionalidade, Sr. Presidente! Recursos existem, para que o Sr. José Richa transforme o discurso eleitoral, na realidade, em favor do funcionalismo público. E é isto, Sr. Presidente, que nós vamos cobrar, diuturnamente, dos homens que vão para o Palácio Iguaçu, na carona das promessas eleitorais. — (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Eu invoco da Mesa, o mesmo tratamento condescendente que Vossa Excelência dispensou aos nobres Deputados para que pudessem arrazoar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que, não há matéria alguma em discussão. De acordo com o Artigo 152, é expressamente proibido aos Srs. Deputados, discutirem matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa, declaração escrita, de voto.

A Mesa, dentro da liberalidade que sempre concedeu aos Srs. Deputados, concedeu a palavra a diversos Srs. Deputados, de ambas as bancadas.

Concederá, por último, a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

Em primeiro, Sr. Presidente, não sei se devo responder, porque pedi explicação, para rebater a afirmação de que José Richa seria leviano, finalmente, me parecer que o próprio, o nobre Deputado que levantou a afirmativa, a refez. Então entendo que prevalece a última palavra, quando disse que José Richa não é

leviano. Congratulo-me, porque, imediatamente entendeu, de que leviana tinha sido feita a sua primeira afirmação.

Segundo, Sr. Presidente, gostaria de pedir à Mesa que se expungisse das notas taquigráficas o termo "latido", proferido pelo nobre Deputado, que o deslustra tanto quanto aqueles a quem ele se referiu. Aqui ninguém está latindo, aqui todos estão imbuídos nos mesmos propósitos, em posições diferentes é verdade, estão dando as suas argumentações.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, vou repetir aqui uma frase dita no curso destes últimos anos em que exerci os meus mandatos: é o "jus expeniandi" da minoria.

UM SR. DEPUTADO — O choro é livre.

O SR. NILSO SGUAREZI — O choro e o berro é livre, como

disse o nobre colega. Muitos anos ficamos aqui em minoria, batendo, tentando despertar a sensibilidade dos que eram a maioria e hoje, apesar de não trazermos a bancada efetiva do resultado das urnas, estamos aqui assumindo uma postura séria e honrada e estamos vendo aqui uma amostra grátis, um trailer do grande filme que será a próxima legislatura e eu acredito que ela será deveras produtiva para o Paraná, porque a guerrida voluntariosa Bancada do PDS, haverá de cumprir a fiscalização que nós, também com ideal e com muito sacrifício no curso dos últimos anos, quando ainda, Sr. Presidente, existia um AI-5 que poderia cassar a palavra daqueles que muitas vezes, com o sacrifício da sua própria pessoa, assim mesmo ousavam bater contra o autoritarismo.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivemos num outro clima e eu me congratulo com a briosa Bancada do PDS, mas, como eu disse inicialmente no Grande Expediente, que essa luta venha embasada em argumentos corretos e não em sofismas. Foi o próprio Líder do Governo, quando me apartava, que dizia que permanecer no erro é diabólico. Não é possível, Sr. Presidente, que se queira, de um momento para outro, dizer que uma coisa é constitucional e que dali a pouco o resultado das urnas, sem mudar a Constituição, já não é mais inconstitucional. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que era inconstitucional ontem continua hoje porque a Constituição não mudou, o resultado das urnas, se prevalecer a pregação do PMDB, haverá de mudar no dia em que tivermos uma Assembleia Nacional Constituinte. Aí, realmente, devolveremos as prerrogativas a este Poder, para que ele, com a sua autonomia, com a sua prerrogativa, possa realmente aduzir, alterar, cortar, ou alterar a despesa pública. Por enquanto, Sr. Presidente, este é um Parlamento que faz leis e este Parlamento não obedece as leis, lamentavelmente, Sr. Presidente, não se pode esperar nada dele.

Isto nos foi dito no curso dos últimos anos e quando tentamos dizer, quando tentávamos invocar para que o Executivo abrisse os olhos, os ouvidos foram moucos. Vejam o resultado das urnas, e como disse o Líder do Governo, se abriram os olhos. É bom que esses olhos fiquem abertos, porque com expedientes como este, lamentavelmente, nós não estaremos fazendo a felicidade do funcionalismo deste Estado. Como eu disse agora há pouco, com a irresponsabilidade de querer de última hora e de afogadilho passar emendas como essa, nós estaremos criando para o Estado do Paraná uma situação delicada e ela vai nos afetar a todos. Como hoje a grande crise do Brasil nos tem afetado. E quando antes das eleições, Sr. Presidente, é bom que se rememore, chamavam os Senadores do PMDB que não queriam votar os empréstimos para aumentar ainda mais a dívida externa do Brasil, quando os Senadores do PMDB enfrentando, inclusive, a opinião pública e a imprensa orquestrada e paga a custo do dinheiro público por este Governo, os homens do PMDB não votaram, para não comprometer ainda mais as finanças desta Nação levando empréstimos para obras demagógicas eleitoreiras.

Aí, Sr. Presidente, passaram as eleições, veio o Fundo Monetário Internacional, e garanto que na próxima legislatura, vai ser a própria Bancada Federal do PDS que não vai

votar aquelas emendas porque elas visavam apenas ganhar as eleições.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de Vossa Excelência de me conceder esse aparte e peço que seja retirado das notas taquigráficas aquela expressão que deslustra esta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da palestra realizada pelo Sr. Jucundino Furtado, Presidente do Banestado, a convite deste Poder, para os Parlamentares integrantes da União Parlamentar Interestadual, que se reuniram no corrente mês, na cidade de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações referente a carteiras de motorista, amador ou profissional, expedidas pelo DETRAN de Umuarama.— Rejeitado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

2 Srs. Deputados o rejeitam; 3 Srs. Deputados o aprova. Não há "quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 134 e 163/82; dos Projetos de Lei n.ºs 142, 150, 151, 153, 154 e 152/82.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 239/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

O valor da dotação 06 — AJUDA DE CUSTO constante do artigo 2.º, do Decreto Legislativo n.º 014/82, de 03 de fevereiro de 1982, passa a ser de Cr\$ 19.360.000,00 (dezenove milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros).

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 240/82

exonerar, EDISON TEIXEIRA DE MORAES, do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado JOSÉ TAVARES.

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 241/82

I — prover ALBINO MANOEL MORAES, para exercer o cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ TAVARES.

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02/12/82

JOÃO MANSUR — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º SECRETÁRIO  
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 242/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 678/73, de 08 de outubro de 1973, que concedeu licença a ANTÔNIO CECY, matrícula n.º 060, ocupante do cargo de Assessor Legislativo "A", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para assumir o cargo em Comissão no Banestado S/A., sem ônus para este Poder, a partir de 30 de novembro do corrente ano. (Protoc. n.º 8541).

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 243/82

conceder a NOHÊMIA DE JESUZ DOS SANTOS LIMA, viúva do ex-Deputado Estadual Osvaldo dos Santos Lima, falecido no dia 16 de julho de 1982, pensão mensal de cinco (05) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, nos termos das Leis n.ºs 4763 e 54 de 05 e 22 de novembro de 1963, com novas redações dadas pelas Leis n.ºs 6468, de 18 de outubro de 1973, 6911, de 02 de setembro de 1977 e Art. 1.º, da Lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitados desta última, o Art. 3.º e respectivos parágrafos.

(Protoc. n.º 8353).

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 244/82

conceder a REGINA NARDI CARDOSO, viúva do ex-Deputado Estadual Libânio Estanislau Cardoso, falecido no dia 07 de novembro de 1982, pensão mensal no valor de seis (06) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, nos termos das Leis n.ºs 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com novas redações dadas pelas Leis n.ºs 6468, de 18 de outubro de 1973, 6911, de 02 de setembro de 1977 e Art. 1.º, da Lei n.º 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitados desta última, o Art. 3.º e respectivos parágrafos.

(Protoc. n.º 8492).

Palácio "XIX de Dezembro", em 16/12/82.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 245/82

I — designar MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula n.º 158, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Laboratório, do Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

II — designar IVETE HENEQUEM DRANKA, matrícula n.º 155, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Filmagem e Fotografia, do Departamento de Divulgação Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.º 7701).

Palácio "XIX de Dezembro", em 22/12/82

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

##### PORTARIA N.º 331/82

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

I — lotar, no Departamento Legislativo, o funcionário ANTÔNIO CECY, matrícula n.º 060, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. n.º 8541).

TABELA II — Valores Cr\$ 1,00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO E FOZ DO IGUAÇU
— Demais cargos de Provisão em Comissão e DAS-5 . . . .	4.500,00	8.700,00
— DAS-2, DAS-3 e DAS-4 . . . .	5.500,00	10.800,00

PORTARIA N.º 335/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ORLANDO SABOTTO, matrícula n.º 591, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 8928).

PORTARIA N.º 336/82

conceder à funcionária HILDA MATHIES BLANC, matrícula n.º 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 03 de janeiro de 1983.

(Protoc. n.º 8962).

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/12/82  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 337/82

revogar a Portaria n.º 168/82, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, a funcionária IVONETE RUTH DE LIMA, ora a disposição deste Poder, tendo em vista que a referida servidora está sendo devolvida ao órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de dezembro de 1982.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 332/82

revogar a Portaria n.º 07/82, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, a funcionária LEONI CUBIS, ora à disposição deste Poder.

(Protoc. n.º 8626)

PORTARIA N.º 333/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário ANTÔNIO CECCON, matrícula n.º 554, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 9742).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/12/82

PORTARIA N.º 334/82

fazer cumprir expressamente o Decreto Legislativo n.º 598/77, reajustando a partir de 1.º de dezembro de 1982, os valores das diárias para ressarcimento de despesas de viagens constantes dos anexos I e II, do mesmo Decreto, conforme tabelas abaixo:

TABELA I — Valores Cr\$ 1,00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO E FOZ DO IGUAÇU
— Motorista de Gabinetes e Assistência Social . . . . .	3.500,00	3.500,00
— Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração . . . .	3.800,00	6.400,00
— Grupo Ocupacional Universitário 1 a 9 . . . . .	4.500,00	8.700,00